

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Finalidade: Debater as políticas públicas locais que o Município de Belo Horizonte planeja implementar para a população em situação de rua, bem como as articulações da pasta objetivando ações integradas com outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Local visitado: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte.

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 4.297/2023, de autoria dos deputados Professor Wendel Mesquita, Leleco Pimentel e Rodrigo Lopes, a Comissão de Assuntos Municipais visitou, em 6/11/2023, às 15 horas, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer e debater as políticas públicas locais que o município planeja implementar para a população em situação de rua, bem como as articulações da pasta objetivando ações integradas com outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Participou da visita o deputado Professor Wendel Mesquita, que foi recebido por José Ferreira da Crus, subsecretário municipal de Assistência Social. Participaram, ainda, Eliana Reis, representante do Polo Moveleiro da Avenida Silviano Brandão; Carlos Roberto de Sá, representante do Movimento Belo Horizonte Cidadania Efetiva; Diego Sanches, chefe de gabinete do deputado Professor Wendel Mesquita; e Márcia Sacramento, assessora do deputado Leleco Pimentel.

Relato

Em continuação ao debate iniciado em audiência pública no dia 20/9/2023, que discutiu a instalação de um albergue para pessoas em situação de rua no Bairro Floresta e as novas alternativas propostas pela comunidade, foi realizada pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a visita que buscou mediar um acordo entre representantes da Prefeitura de Belo Horizonte e empresários que atuam no Bairro Floresta, com vistas a uma conciliação em torno da instalação de uma nova estrutura de acolhimento para indivíduos em situação de rua na mesma região.

Há uma preocupação manifestada pelos comerciantes do polo de comércio de móveis da Avenida Silviano Brandão quanto ao potencial crescimento do número de pessoas em situação de rua nas imediações da nova estrutura. A presidente do Movimento Polo Moveleiro, Eliana Reis, expressou a apreensão coletiva dos varejistas acerca da possível deterioração das condições urbanas da área e o eventual afastamento de clientes.

O representante do Movimento Belo Horizonte Cidadania Efetiva, Carlos Roberto de Sá, defendeu, com o apoio dos empresários, que, alternativamente, seja ofertada à população em situação de rua qualificação profissional, de forma a gerar renda para os indivíduos e uma futura resolução do problema da falta de moradia.

A assessora do Deputado Leleco Pimentel, Márcia Sacramento, pontuou que, nas discussões acerca da infraestrutura voltada para indivíduos em situação de rua, é crucial priorizar as preocupações humanitárias. Para ela, não se deve atribuir culpa às pessoas que buscam assistência nesse contexto. Márcia Sacramento ainda afirmou que a desigualdade e a exclusão social são os fatores que levam indivíduos à condição de desabrigo. Além disso, enfatizou a importância de alinhar as políticas destinadas às pessoas em situação de rua com as demais estratégias e áreas de atuação do poder público.

O subsecretário José Ferreira da Crus apontou a importância dos Centros de Referência e Assistência Social – Cras – que atuam na prevenção à ruptura de vínculos das pessoas atendidas. Disse ainda que esses centros precisam ser

potencializados e atuarem em rede no atendimento. José Ferreira da Crus reforçou também que deve haver ação efetiva de cooperação entre os entes federados.

Atualmente, opera-se um significativo albergue público no Bairro Floresta, com capacidade de acolher 400 pessoas, localizado na Rua Conselheiro Rocha, nº 351, a uma distância considerável do polo de comércio de móveis mencionado. A administração municipal, contudo, reconhece que o referido estabelecimento apresenta condições inadequadas e planeja sua substituição por outras três unidades, uma das quais já está ativa na Rua Timbiras, na zona Centro-Sul, e as outras duas em processo de implementação na Rua Além Paraíba, no Bairro Lagoinha, e na Rua Flávio dos Santos, no Bairro Floresta.

O subsecretário municipal de Assistência Social, José Ferreira da Crus, esclarece que essa mudança integra um projeto maior de descentralização e aperfeiçoamento da rede assistencial municipal, feito com base em um meticoloso mapeamento das áreas de maior frequência desse segmento populacional. A meta, segundo ele, é que as pessoas em situação de rua, com os novos locais selecionados, sejam direcionadas para equipamentos reordenados com objetivos bem definidos. José Ferreira da Crus sustentou, na reunião, a importância de posicionar recursos onde efetivamente se encontra a demanda. Falou também sobre a necessidade de envolvimento e participação da sociedade em todo o processo.

Sobre ações integradas com outros entes da Federação, o subsecretário pontuou que a Prefeitura de Belo Horizonte já detectou um procedimento recorrente em que gestões municipais de outras localidades distantes adquirem bilhetes de ônibus para encaminhar indivíduos em situação de vulnerabilidade social para a capital mineira. Tal prática, conforme elucidado por ele, é objeto de rastreamento pela prefeitura. Quando um caso é devidamente identificado, desencadeia-se um protocolo de ação: a prefeitura entra em contato com os familiares do indivíduo e com a rede de assistência social do município de origem, num esforço conjunto para articular o retorno do cidadão. Esse procedimento foi nomeado "retorno protegido" pelo subsecretário e tem por intuito assegurar que o trânsito de volta do indivíduo ocorra de maneira segura e coordenada, evitando assim que a pessoa permaneça em situação de rua longe de sua comunidade de origem.

O estudo intitulado *Censo Pop Rua 2022*, conduzido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e divulgado em fevereiro de 2023, identificou a existência de 5.344 indivíduos vivendo em condições de desabrigo em Belo Horizonte. Destes, 58,5% não são originários da capital: 34,5% migraram de municípios do interior mineiro, 23,2% de outros estados brasileiros e 0,8% de nações estrangeiras.

De acordo com o subsecretário, há uma demanda crescente de recursos para o atendimento de pessoas em situação de rua nos municípios. Ele disse que houve uma redução significativa no orçamento federal para assistência social nos últimos seis anos, mas pontuou que já há uma reversão desse quadro em 2023. Disse, porém, que não há nenhum apoio financeiro para os municípios por parte do governo estadual no que se refere ao atendimento à população em situação de rua.

Conforme o subsecretário José Ferreira da Crus, o novo centro de acolhimento no Bairro Floresta tem previsão de iniciar operações dentro de 30 a 60 dias, com uma capacidade projetada para 160 pessoas, porém um entendimento foi alcançado para que o serviço comece atendendo 60 pessoas.

A gestão municipal também almeja propiciar oportunidades de profissionalização e ingresso no mercado de trabalho para os atendidos no novo albergue, alguns dos quais poderão ser empregados em funções relacionadas à administração pública local. Está prevista a qualificação profissional, o bolsa-moradia, a locação social, atendimentos em saúde e educação. Os representantes dos empresários se ofereceram para participar do processo formativo e do acompanhamento da implantação do equipamento.

O deputado Professor Wendel Mesquita apontou que o diálogo já produziu resultados positivos. Foi registrada uma solicitação dos moradores locais para a redução da quantidade de pessoas acolhidas e, em resposta, o subsecretário comprometeu-se a iniciar com um limite de 60 indivíduos, assegurando não expandir esse número sem prévia consulta ao movimento.

A representante do setor de móveis enfatizou que os estabelecimentos comerciais da área são responsáveis pela geração de aproximadamente 4.500 postos de trabalho e por uma contribuição fiscal de 8,5 milhões de reais em termos de ICMS,

alertando que a região já foi prejudicada por outras intervenções, como a Linha Verde e mudanças no tráfego local (mão inglesa na Avenida Silviano Brandão).

Conclusão

Ao final da reunião, o deputado Professor Wendel Mesquita afirmou que o diálogo que está sendo mediado pela Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização já rendeu frutos. A mediação teve início em audiência pública da aludida comissão, que foi presidida pelo deputado Leleco Pimentel. O deputado Wendel Mesquita enfatizou ainda a importância do diálogo e da atenção humanizada às pessoas que mais sofrem com a marca da desigualdade imposta ao segmento.

O subsecretário José Ferreira da Crus assumiu o compromisso de iniciar o programa com 60 pessoas e não ampliar esse número sem dialogar com o movimento. Além disso, a prefeitura também garantiu que pretende oferecer oportunidades para profissionalização e contratação dos albergados, bolsa moradia, atendimentos em saúde e educação.

Por sua vez, Eliana Reis salientou que os comerciantes do setor de móveis estão abertos a endossar um projeto de qualificação profissional para a população em condição de rua, postura esta corroborada pelo representante do Movimento Belo Horizonte Cidadania Efetiva, Carlos Roberto de Sá.

A assessora do deputado Leleco Pimentel, disse que, em que pese as divergências na abordagem deste problema, o respeito, o diálogo e a primazia da atenção humanizada prevaleceu, e concluiu que era este o objetivo e a intenção na continuidade das ações.

O relator deste relatório acrescenta que a audiência pública que deu origem à visita se deu em um prisma que visualiza a questão das pessoas em situação de rua de forma equivocada e higienista, pautada por uma ideologia de aporofobia. Pondera ainda que o diálogo promoveu o acesso a informações da Prefeitura de Belo Horizonte e que o governo federal lançou um programa de atendimento à pessoa em situação de rua e ao migrante denominado “Ruas Visíveis” com a destinação de 1 bilhão de reais e o envolvimento de 11 ministérios. Acrescentou que a Comissão de

Participação Popular aprovou recursos na monta de 2 milhões de reais no Município de Belo Horizonte.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2023.

Deputado Leleco Pimentel, relator

GCT/GDE/GGM(v.2)